



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.

Impactos do ajuste fiscal na agricultura familiar do Semiárido brasileiro

Bárbara Ester Carmo Ramos¹
Handrya Emilly de Sousa Albuquerque²
Maria Augusta Bezerra da Rocha³
Rita de Cássia Pontes da Silva⁴

Resumo: Além da escassez hídrica, o Semiárido brasileiro é marcado pelo processo histórico de ocupação do espaço com impactos socioambientais decorrentes da máxima exploração da natureza, da concentração do poder e riqueza, gerando a extrema pobreza nas áreas rurais. No entanto, a agricultura de base familiar é responsável por mais de 75% dos postos de trabalho agropecuário na região, o que requer políticas públicas de apoio e fortalecimento. No contexto de ajuste fiscal neoliberal, este artigo identifica e analisa efeitos em programas governamentais executados no Semiárido no período de 2014 a 2019. Verificou-se que os efeitos do ajuste foram diferenciados em ações consideradas prioritárias ou não pelo governo federal, prejudicando a agricultura familiar, sobretudo a partir de 2016.

Palavras-chave: Ajuste fiscal. Semiárido. Agricultura familiar.

Impacts of fiscal adjustment on family farming in the Brazilian Semi-arid

Abstract: Beyond water scarcity, the Brazilian Semi-arid region is marked by a historical process of occupying space with socio-environmental impacts resulting from the maximum exploitation of nature, the concentration of power and wealth, generating extreme poverty in rural areas. However, family-based agriculture is responsible for more than 75% of agricultural jobs in the region, which requires public policies to support and strengthen it. In the context of neoliberal fiscal adjustment, this article identifies and analyzes effects on government programs implemented in the Semi-arid region from 2014 to 2019. It was verified that the effects of the adjustment were differentiated in actions considered priority or not by the federal government, damaging family farming, especially from 2016 onwards.

Keywords: Fiscal adjustment. Semi-arid. Family farming.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Potiguar (UNP) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social da UFRN. E-mail: barbaraester27@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: albuquerquehandrya@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS UFRN). E-mail: augusta.b.rocha@gmail.com

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: rithapontes@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo identificar e analisar os impactos do ajuste fiscal adotado pelo Estado no período de 2014 a 2019 nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar para a convivência com o Semiárido brasileiro. Faz parte da pesquisa intitulada “Resistências sertanejas no Semiárido brasileiro: a Agricultura Familiar entre mudanças climáticas, secas, ajuste fiscal e pandemia no Século XXI (2010 a 2020)”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A pesquisa foi orientada pela abordagem teórico-metodológica histórica dialética que permite uma compreensão crítica acerca da realidade analisada com foco em apreender sua essência, desnudando as determinações sociais expressas nos conflitos de interesses que permeiam as políticas públicas no Semiárido brasileiro. Além da pesquisa bibliográfica do tema, foram coletados dados relativos à execução física, orçamentária e financeira de programas governamentais federais, obtidos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP⁵) como também em relatórios anuais de execução de Planos Plurianuais (PPA) do período de 2014 a 2019. Os estudos iniciaram em setembro de 2021 e focaram em cinco programas temáticos.

Convém situar que o Semiárido brasileiro se caracteriza, de modo geral, como um território marcado pela aridez do clima e a escassez hídrica relacionada à irregularidade pluviométrica, associada às elevadas taxas de evapotranspiração. Ainda assim, sabe-se que o semiárido brasileiro é um dos mais chuvosos do mundo, porém as chuvas são irregulares e concentradas em apenas um período curto do ano e, devido ao tipo de solo cristalino, em algumas regiões, não há o armazenamento dessa água, de forma que essa é evaporada ou escoada devido à pequena profundidade dos mananciais e do solo.

Ao longo dos anos, os governos se concentraram em desenvolver ações na região centradas no combate à seca e seus efeitos, por meio da construção de obras de infraestrutura hídrica, além de defender a modernização do semiárido através das indústrias que iriam gerar mais emprego e renda. Somente no início deste século, o

⁵ Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br>

semiárido passou a ser visto com um novo olhar centrado na perspectiva de que é possível conviver com a região ao perceber que os efeitos da seca atuam apenas como potencializadores da realidade desigual pela qual seus habitantes vivem. Além disso, vale destacar o papel que a agricultura familiar ocupa na economia do semiárido, já que é a responsável por produzir o alimento que chega no prato das famílias sertanejas, logo é imprescindível que sejam desenvolvidas ações que fortaleçam essa categoria produtiva. Entretanto, as medidas neoliberais adotadas pelo governo desde o final do século XX ameaçam o pleno desenvolvimento desses programas. Sendo assim, foram escolhidos cinco programas temáticos e, considerando a já exposta situação de vulnerabilidade que permeia a vida dos habitantes dessa região, foram identificadas os efeitos das medidas de ajuste fiscal nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar do Semiárido.

2 O Semiárido Brasileiro e a Agricultura Familiar Sertaneja

No Brasil, a região semiárida abrange os nove estados da região Nordeste mais o norte de Minas Gerais, cuja delimitação decorre de norma da Constituição Brasileira de 1988, considerando características climáticas, abrangendo mais de 1,1 milhão de quilômetros quadrados, onde vivem 27,8 milhões de habitantes em 1.262 municípios. Além disso, o Censo de 2010 mostrou que 93,39% dos municípios do semiárido são considerados de pequeno porte e é onde reside a maioria de seus habitantes, cerca de 63%. O censo também apontou que 61,97% da população do semiárido está em zonas urbanas e 38,03% nas zonas rurais, o que representa mais que o dobro da média nacional de 15%.

O Semiárido possui, de forma predominante, um bioma unicamente brasileiro chamado de caatinga, palavra do tupi-guarani que significa “mata branca”. Nela existem milhares de espécies vegetais, em sua maioria plantas xerófilas, cujas folhas caem em adaptação aos períodos de seca. A limitação hídrica ocorre anualmente e as secas são caracterizadas pela ausência, escassez e elevada variabilidade espacial e temporal das precipitações por longo período. Essas particularidades naturais são frequentemente apontadas como causas de déficits sociais e econômicos na região.

É importante destacar na análise da caracterização do Semiárido brasileiro, não só as suas vulnerabilidades ambientais, e as características naturais do espaço, mas também outros fatores que agravam a situação natural deste território. Segundo Silva (2008), dentre esses elementos, encontra-se a devastação da vegetação, o manejo inadequado dos solos e o desperdício da água, portanto, além da vulnerabilidade que apresenta as fragilidades naturais do ambiente é possível identificar as vulnerabilidades que são intensificadas pela expansão do modo de produção capitalista. Esta realidade influencia diretamente nas condições de sobrevivência e no desenvolvimento socioeconômico da população sertaneja.

Além disso, essa região carrega altos índices de desigualdades com pobreza acentuada e concentração de renda, apesar das suas riquezas naturais e culturais. As políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro focalizaram por muitos anos apenas na questão relativa ao problema da escassez de água e investiram em grandes obras hídricas, colocando o clima como grande vilão, além de atuar favorecendo interesses minoritários, conservando o antigo padrão das estruturas sociais de concentração da riqueza e do poder político. Porém, surgiu uma perspectiva que propôs uma alternativa para o desenvolvimento da região a partir da concepção de que é possível conviver com o Semiárido, defendendo a possibilidade de uma relação harmônica entre os seres humanos e a natureza. Conforme Silva (2008), a perspectiva da convivência destaca a possibilidade de um desenvolvimento embasado na sustentabilidade ambiental, relacionando a qualidade de vida das famílias sertanejas junto ao incentivo às atividades econômicas apropriadas para a região. “Não se pode combater fenômenos naturais que formam todo um ecossistema, a estratégia a ser adotada deve ser de adaptação e de convivência com estes efeitos” (SILVA et al, 2016, p. 96).

Destaca-se que a economia do Semiárido é caracterizada pela forte presença da agricultura de base familiar realizada em pequenas extensões de terra e que tem como propósito a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor e sua família. Porém, devido às condições climáticas da região que limitam a agricultura de sequeiro, o saldo da produção desses alimentos é normalmente baixo, acarretando muitas vezes no êxodo rural das pessoas do campo nos tempos de seca mais severa.

Mesmo assim, conforme o censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar correspondiam a 78,8% (1,44 milhão) do total

identificado na região. O percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares é de 75,3% do total, envolvendo 3,65 milhões de pessoas, embora tenha acesso a apenas 41,3% das terras. Os estudos de Silva et al (2002, p. 319) mostram que quase dois terços do total de estabelecimentos do Semiárido “possui até 10 hectares e ocupa apenas 5,9% da área agrícola total, enquanto que, no outro lado da escala, os estabelecimentos com mais de mil hectares correspondem a 0,3% do total e ocupam 26,9% das terras”. Tal realidade está na base da explicação de porque a agricultura familiar constitui o segmento da área rural que, juntamente com a população empobrecida que reside nas periferias das áreas urbanas, concentra os déficits sociais estruturais acumulados historicamente e que se agravam nas ocorrências de estiagens prolongadas no Semiárido.

Esse modelo de agricultura representa o oposto dos grandes empreendimentos do agronegócio no Semiárido que concentram a terra e a riqueza nela gerada, com elevados investimentos em capital e adoção de práticas agropecuárias fortemente dependentes de equipamentos e de insumos químicos (agrotóxicos) para produção monocultural em larga escala, com o objetivo principal de exportação para o exterior e outras regiões do país. Vale ressaltar também que essa produção de alimentos em larga escala gerada pelo agronegócio já foi considerada a única forma capaz de garantir provisões suficientes para o país e para a exportação. No entanto, os estudos de Silva et al (2020, p. 324) com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, confirmam a capacidade de resistência da agricultura familiar e a importância desse segmento para a produção de alimentos saudáveis da dieta sertaneja, “mesmo enfrentando carências estruturais que impactam diretamente no baixo Valor Total da Produção (VTP) obtido naqueles estabelecimentos”.

Dessa forma, as políticas públicas de apoio e fortalecimento à agricultura familiar no Brasil vêm obtendo destaque desde a década de 1990, tendo avanços significativos até 2016, quando passou a sofrer fortes restrições orçamentárias e o desmonte de políticas públicas e de espaços institucionais em âmbito federal, conforme demonstrado por Mattos (2018). Quais as implicações desse processo no Semiárido é o que se busca identificar e analisar a seguir.

3 Neoliberalismo, Ajuste Fiscal e Crise Estrutural do Capital

Na contemporaneidade, o mundo enfrenta uma crise estrutural do capital sem precedentes, mas essa crise não atinge todas as classes sociais com a mesma intensidade. Ao contrário, em plena pandemia, a Revista Forbes (2021) anunciou que mais 10 brasileiros passaram a integrar a pequena lista do grupo de bilionários no mundo, enquanto 58,7% dos brasileiros e brasileiras encontram-se em insegurança alimentar o que significa 125,2 milhões de pessoas e mais de 33 milhões em situação de fome em 2022, expressa pela Insegurança Alimentar grave (PENSSAN, 2022). O agravamento da pobreza e da fome, enquanto cresce a riqueza de poucos capitalistas, evidencia o modo de funcionamento do capitalismo no qual “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Mészáros (2002) caracteriza a crise em andamento como diferente das demais cíclicas vivenciadas ao longo da história do sistema do capital, tendo em vista sua processualidade incontrolável, profundamente destrutiva e estrutural. Apesar de estrutural, não significa que o sistema esteja chegando ao colapso, visto que crises de intenção e duração variadas fazem parte do próprio modo natural de existência do capital, são formas de progredir além de suas barreiras imediatas e continuar estendendo seu dinamismo cruel e dominação.

As estratégias do capital ganham destaque nos ideais neoliberais, cujo “remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11). Esta reforma do Estado explica-se, também, em virtude do atual período do capitalismo marcado por uma hegemonia do capital financeiro e dos setores a ele ligados, que mobilizam estratégias econômicas e políticas para implementar as contrarreformas que atendam às necessidades de reprodução do capital nesse período histórico. O Estado reformado, então, para atender às novas necessidades do capital em crise, configura-se como “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, dado o objetivo de assegurar liberdade de movimento para o capital financeiro e as contrarreformas que asseguram maior grau de exploração da força de trabalho como também retirada de direitos dos trabalhadores.

A crise fiscal do Estado tem por consequência direta a piora das condições de vida da população empobrecida que vem sofrendo com a baixa qualidade dos serviços prestados resultantes dos cortes nas áreas sociais.

A partir da consolidação do neoliberalismo como política econômica no Brasil, o Estado passou a ser visto como ineficiente e causador de crises, uma vez que a sua intervenção na economia e na realidade social, como o proposto pela política de estado de bem-estar social, estaria limitando a liberdade econômica e atrapalhando o funcionamento do mercado. Logo, retomaram-se os ideais propostos pelo liberalismo clássico para combater a intervenção do Estado na economia, o reconhecimento de direitos sociais e o pleno emprego com o fortalecimento das leis trabalhistas. Dessa forma, ideias neoliberais relacionadas a minimizar a intervenção estatal passaram a ser postas em prática e as relações de mercado foram colocadas à frente das demais políticas públicas gestadas pelo governo. Destaca-se ainda o caráter autoritário dessas medidas, uma vez que “não buscaram construir, em geral, arenas de debate e negociação, e dirigiram-se para reformas constitucionais num Congresso Nacional balcanizado, ou para medidas provisórias” (BEHRING, 2018, p.7).

Dentre as medidas adotadas pelos governos neoliberais destaca-se o ajuste fiscal que é utilizado sob o falso pretexto da necessidade de equilibrar as contas públicas em momentos em que os gastos do Estado estão superiores à receita, utilizando-se da redução de gastos, aumento na arrecadação ou ambos, ou seja, é uma política que busca ajustar a economia por meio do corte de gastos públicos. Assim, o contingenciamento dos recursos públicos para as políticas sociais ao mesmo tempo em que se prioriza o pagamento dos juros da dívida e geração do superávit primário⁶ para alimentar o capital portador de juros compõe o ajuste fiscal enquanto uma das estratégias do capital em cenário de crise.

⁶ Em 1999, no governo FHC por imposição do Fundo Monetário Internacional e conforme recomendada pelo chamado “Consenso de Washington”, FHC recebeu do capital as orientações das medidas de ajuste e de limitação da intervenção do Estado, direcionando a política fiscal para a criação do superávit primário, como solução do endividamento público, dos elevados índices inflacionários e da estagnação econômica dos países de baixo desenvolvimento. Assim, foram implementadas metas desses superávits para garantia do pagamento dos juros da dívida visando um compromisso com a estabilidade econômica e com algumas contrarreformas. Não à toa que, nesse período, foram engendradas contrarreformas do Estado somado com a privatização de empresas estatais.

Esse mecanismo funciona como um meio de transferência do fundo público para o capital financeiro, por meio do pagamento dos juros e serviços da dívida pública. O endividamento dos Estados nacionais como o Brasil por meio da dívida pública, nesse contexto de crise estrutural, desempenha um papel fundamental para permitir o funcionamento da lógica de acumulação, beneficiar a burguesia financeira e colocar o ônus da dívida na classe trabalhadora, de modo que:

[...] a crise financeira foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e está sendo paga pela classe trabalhadora, via imposição de um ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza as condições de vida de grandes parcelas da população (BRETTAS, 2012, p. 115).

O ajuste fiscal neoliberal revela as disputas de classe que perpassam o fundo público⁷, sobretudo em relação ao orçamento público sua parte visível, que, conforme Salvador (2012), não se restringe a uma peça técnica, mas, sim, uma peça de cunho político com interesses em disputa na qual está em jogo para a classe trabalhadora a garantia de recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais.

Vale ressaltar que o pagamento da dívida não possui um teto orçamentário e, como afirma Salvador (2017, p.430), “o Brasil compromete, há pelo menos 25 anos, cerca de um terço do orçamento público anual comprometido com o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública” (apud Salvador, 2015). Assim, essas medidas de estabilidade monetária e ajuste fiscal sustentadas no Plano Real⁸ seguiram sendo implementadas desde FHC por sucessivos governos que atravessaram o Palácio de Planalto, inclusive os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 2003 a 2016 que, apesar de terem contribuído com políticas e programas sociais - que conseguiram minorar a desigualdade no Brasil e reduzir os níveis de pobreza –, seguiram com a priorização de pagamento de juros e amortização da dívida pública.

⁷ Obtido por meio de impostos, contribuições, taxas, bem como da mais-valia proveniente da riqueza produzida socialmente.

⁸ Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington, onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para que só depois de restaurada uma economia aberta de mercado possa dar-se então a retomada do crescimento. (FIORI, 1994, p.1)

O ajuste fiscal acarreta o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos à mercê dos interesses do capital, além de dar força ao discurso das políticas públicas como onerosas ao Estado, que sem outra alternativa, deve apresentar contrarreformas e fechar suas torneiras (SALVADOR, 2017). Sendo assim, a classe trabalhadora acaba sendo a maior prejudicada por esse cenário perverso, uma vez que toda a riqueza produzida não retorna em forma de investimento para fortalecer as políticas sociais e os serviços públicos. Muito pelo contrário, esse montante acaba sendo utilizado para alimentar o capital por meio de todas essas imposições advindas do ajuste, restringindo cada vez mais o acesso aos direitos sociais, uma vez que compromete o orçamento destinado às políticas públicas. No campo, os efeitos da austeridade são extremamente danosos e estão relacionados com o aumento da violência e do êxodo rural, além de elevar a vulnerabilidade social de uma população historicamente empobrecida e esquecida pelo Estado.

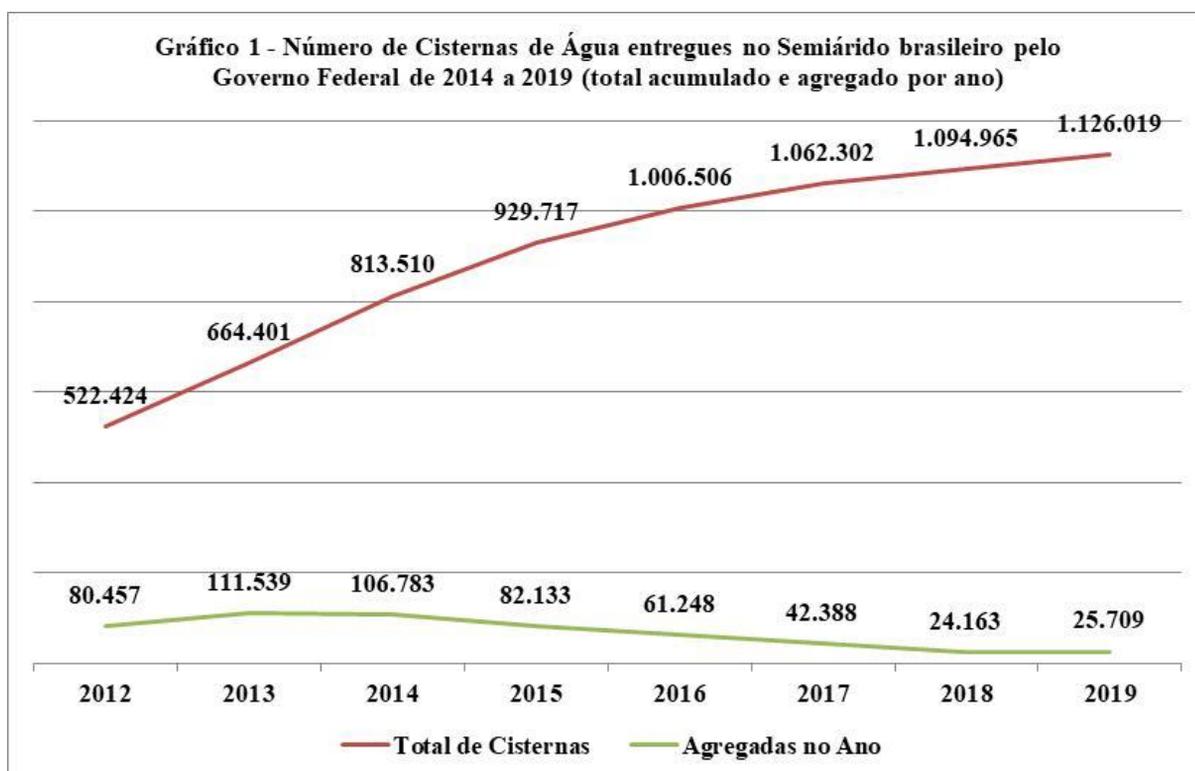
4 O ajuste fiscal diferenciado: o que é prioritário no Semiárido brasileiro?

A fim de observar de que modo o ajuste fiscal impactou as políticas de apoio e fortalecimento à agricultura familiar no Brasil, o presente estudo selecionou os seguintes programas: Agricultura Familiar/Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar (código 2012); Segurança Alimentar e Nutricional (código 2069); Agricultura Irrigada (código 2013)/Agropecuária Sustentável (código 2077); Mudanças Climáticas (código 2050)/Mudança do Clima (código 2050) e Oferta de Água (código 2051)/Recursos Hídricos (código 2084). Para isso, foram definidos os objetivos de cada programa que têm maior importância no Semiárido e para a agricultura familiar durante o recorte do período de 2014 - 2019.

O Plano Plurianual - Plano Mais Brasil 2012-2015 (2011) destaca a relação direta que os programas Agricultura Familiar / Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar (código 2012) e Segurança Alimentar e Nutricional (código 2069) possuem com a estratégia do “Brasil Sem Miséria”. Com isso, de modo geral buscam promover a inclusão social e produtiva da população, bem como a integração de políticas, a universalização de direitos sociais e a preservação da autonomia. Dentre as metas específicas do Brasil Sem Miséria, encontra-se a universalização do acesso à água para

consumo humano no semiárido, e a ampliação do número de participantes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo o PPA 2012 - 2015 (2011), um fator determinante para alcançar segurança alimentar e nutricional para a população sertaneja, é o acesso à água, tanto para o consumo, quanto para a produção de alimentos. Em decorrência desses fatores, a questão alimentar e nutricional das famílias passam a ficar comprometidas, pois, se a disponibilidade de água para consumo e usos domésticos diários não são garantida, a água para o plantio (agricultura de subsistência familiar) e para a criação de animais de pequeno porte será inviável. Desse modo, destaca-se a importância e eficácia da implementação de tecnologias sociais de captação da água da chuva para a convivência com a região, em especial nos períodos de seca/estiagem.



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Cadastro Único. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Elaboração Própria.

A cisterna é um dessas tecnologias sociais de captação da água da chuva e o gráfico 1 ilustra o número de equipamentos como esse entregues nos anos de 2014 a 2019. De fato, desde 2015 vem sendo reduzido o número de cisternas entregues por ano pelo Governo Federal. Porém, a situação se agrava a partir de 2017, quando o total de

cisternas entregues corresponde a menos de 50% do verificado em 2014, e piora ainda nos dois anos seguintes com apenas ¼ do que fora entregue em 2014.

Em relação aos programas Agricultura Familiar/Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar (código 2012) as perdas de recursos são mais visíveis. Os objetivos relativos à Assistência Técnica e Extensão Rural são os mais impactados com os valores pagos em 2019 representando pouco mais de um décimo do que fora pago em 2014 (valores corrigidos pelo IPCA). Da mesma forma, no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (código 2069), o objetivo 0380, relativo à aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, os valores financeiros pagos em 2019 representam apenas 16,5% do que fora desembolsado efetivamente em 2014.

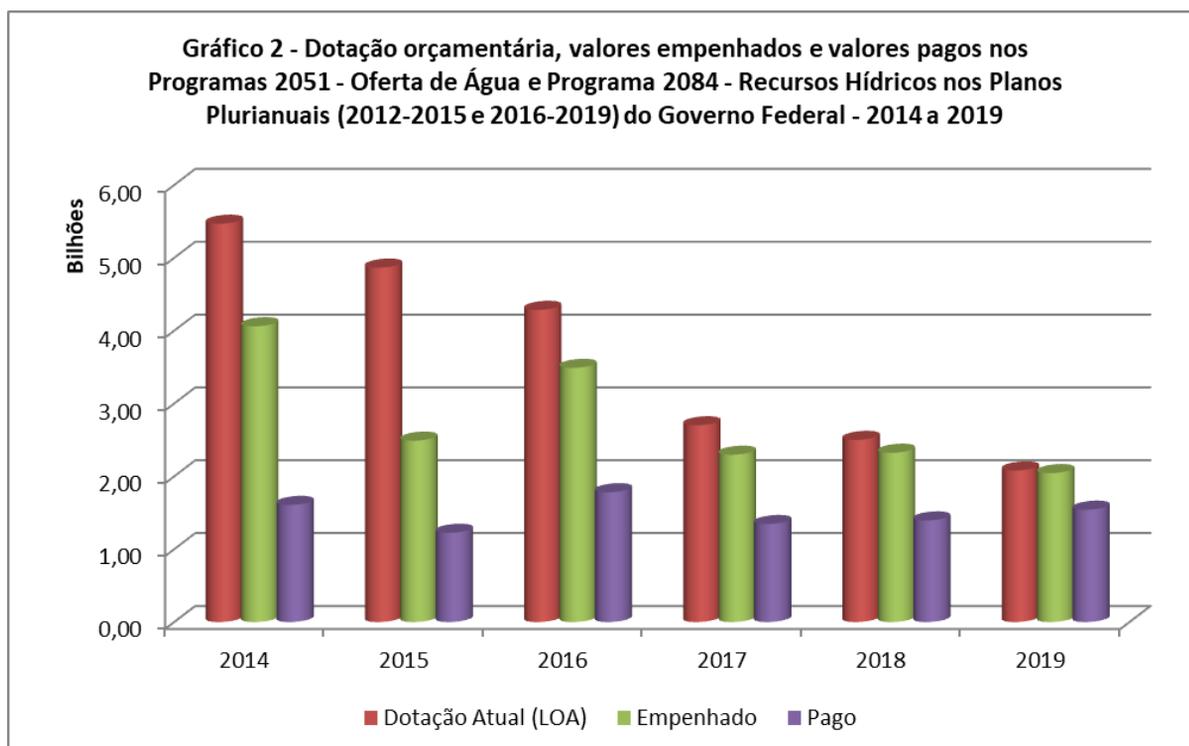
Da mesma forma o programa de Mudanças Climáticas (código 2050) / Mudança do Clima (código 2050), no que se refere às ações de enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação dos efeitos da seca e convivência com a semiaridez também não tiveram prioridade na agenda governamental no período estudado. Tal situação é grave, pois o Programa 2050 visa equilibrar o desenvolvimento econômico e social com a proteção do sistema climático (Brasil, 2016), uma vez que as mudanças climáticas causam impactos profundos no Semiárido, podendo causar diversos danos e forçar os agricultores a encarar constantemente climas anormais ou atípicos, a perda de suas produções, áreas impossibilitadas de produzir devido a desertificação e etc.

Já os programas Agricultura Irrigada (código 2013) / Agropecuária Sustentável (código 2077⁹) e Oferta de Água (código 2051) / Recursos Hídricos (código 2084¹⁰) aparecem como prioridade, recebendo tratamento diferenciado nos cortes orçamentários. Em relação à execução orçamentária do primeiro, houve uma queda no valor pago no ano de 2015, mas aumentando nos anos seguintes até fechar quantias

⁹ Na análise dos Programas 2013 e 2077, foram considerados os objetivos 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental; e 0544 – Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada.

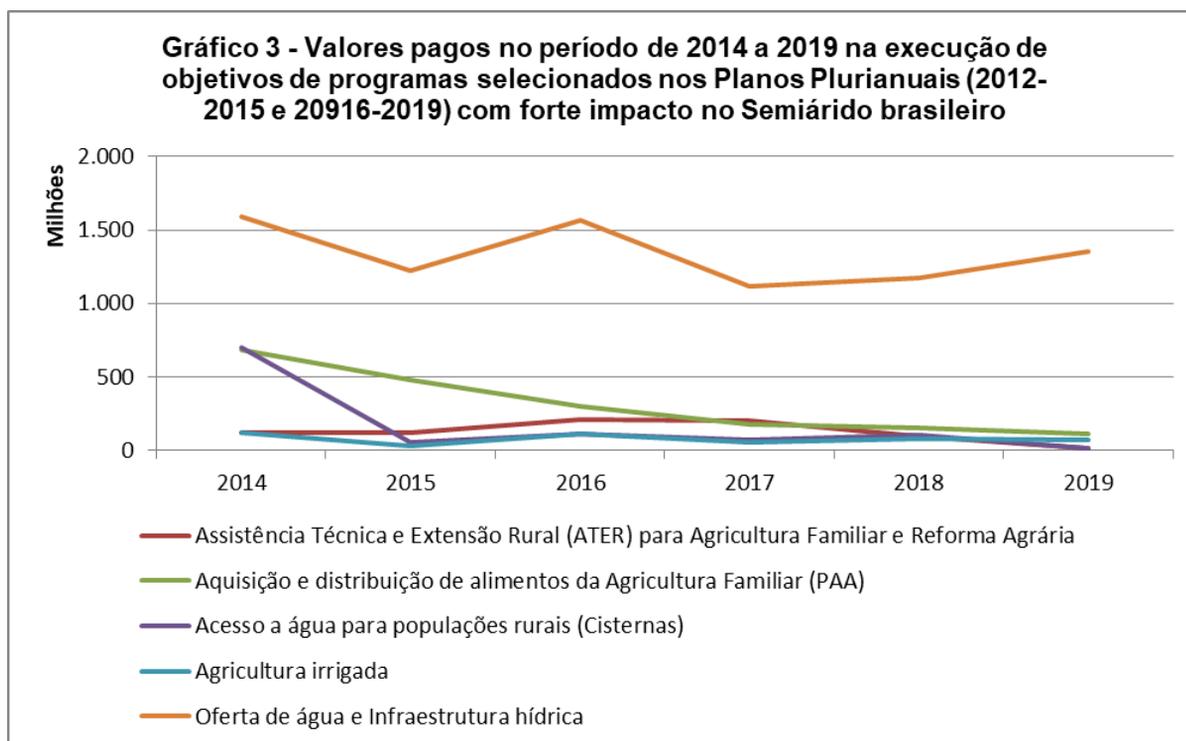
¹⁰ Na análise dos Programas 2051 e 2084, foram consideradas as ações orçamentárias 12EP - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste); 12G6 - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco; 5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte); e 213R - Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco Fase Pré-Operação.

similares nos anos de 2018 e 2019, demonstrando prioridade em relação ao objetivo 0175 para manutenção dos perímetros de agricultura irrigada. Da mesma forma, no programa de Oferta de Água os efeitos do ajuste fiscal estrutural foram amenizados, a exemplo do demonstrado no gráfico 2 em relação aos valores pagos entre 2014 e 2019.



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) do Governo Federal. Consulta Livre. Elaboração própria. Obs.: Valores de 2014 a 2018 corrigidos pelo IPCA (referência no acumulado de Dez/2019). Valores de 2019 são nominais.

Isso indica a prioridade das grandes obras hídricas e da manutenção dos projetos e perímetros de agricultura irrigada para impulsionar o agronegócio no Semiárido. O gráfico 3 sintetiza a execução orçamentária do valor efetivamente pago para os programas aqui considerados como fundamentais no Semiárido brasileiro. É notável a discrepância para os valores destinados ao programa oferta de água e infraestrutura hídrica em comparação aos outros de descentralização da oferta de água para o abastecimento humano e pequena produção e de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, sendo os que sofreram as maiores restrições orçamentárias.



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP) do Governo Federal. Consulta Livre. Elaboração própria. Obs.: Valores de 2014 a 2018 corrigidos pelo IPCA (referência no acumulado de Dez/2019). Valores de 2019 são nominais.

Como já observado, essas discrepâncias são justificadas pela primazia de se desenvolver o agronegócio na região, sobretudo da agricultura empresarial irrigada que requer aportes públicos, sobretudo em infraestrutura nos perímetros irrigados e na execução de grandes obras hídricas de barragens e na interligação de bacias.

5 Considerações Finais

O presente estudo elaborado a partir da análise dos Planos Plurianuais e da execução orçamentária de programas temáticos selecionados, somados à apreensão do contexto neoliberal que o Brasil se encontra, possibilitou identificar os cortes na execução orçamentária de Programas Temáticos considerados relevantes para o Semiárido brasileiro.

Verificou-se que os efeitos do ajuste fiscal não são os mesmos e nem possuem a mesma intensidade em todos os programas estudados, já que algumas execuções orçamentárias se distinguem das outras pela manutenção ou aumento dos valores financeiros efetivamente pagos. Dos cinco programas estudados, dois, estavam completamente voltados para a agricultura familiar e os outros três, além de beneficiar

essa categoria produtiva, também possuíam uma proximidade com o agronegócio e por isso não foram tão prejudicados pelo ajuste.

As maiores perdas foram identificadas nos programas relacionados ao apoio e fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido que deveriam garantir a segurança hídrica e alimentar para a população local que historicamente sofre com o descaso governamental. O tratamento diferenciado para os programas relacionados à agricultura irrigada e às grandes obras hídricas, considerados prioritários pelos governos, expressam a manutenção da perspectiva hegemônica de modernização da agricultura empresarial na região, em detrimento das demais políticas de convivência com o Semiárido que trariam mais benefícios para o segmento da agricultura familiar sertaneja.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

BEHRING, Elaine Rossetti. **Neoliberalismo, Ajuste Fiscal Permanente E Contrarreformas No Brasil Da Redemocratização**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015 : projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos Brasília: MP, 2011.**

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012 -2015: Ano-base 2015. Volume II - Programas Temáticos**. Brasília: MPOG, 2016.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.p.93-120.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/03/mais!/10.html>>. Acesso em 22 de abril 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

MATTOS, L. M. Desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. (Orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasil, 2022.

REVISTA FORBES. **Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021**. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/>>. Acesso em 22 de abril 2021.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 14, p. 4-22, 2012.

SALVADOR, Evilásio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.117>

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: ETENE/BNB, 2008.

SILVA, N. V. et AL. Programa Uma Terra e Duas Águas no Contexto da Agricultura Familiar do Semiárido do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 11, n.01, p.95-98, jan.-dez., 2016.